

1 **ANEXO I**

2 **DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM .**

3



**DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM PARA REFERENDAR**

AD REFERENDUM PARA REFERENDAR				
ASSUNTO	Nº DA DELIBERAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	STATUS	PORTARIA
PACTUAR, AD REFERENDUM, O ENQUADRAMENTO E HABILITAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO - SAMU DA BAIXADA FLUMINENSE, COMO CENTRAL DE REGULAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO DA METROPOLITANA I.	CIB/COSEMS nº 13	3/9/2013	SERÁ RATIFICADA NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIB	
PACTUA <b>AD REFERENDUM</b> A LIBERAÇÃO DE RECURSOS EMERGENCIAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA AS OBRAS DE REFORMA NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E AQUISIÇÃO DE INSUMOS GARANTINDO ASSIM A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA NO HOSPITAL GERAL DE NOVA IGUAÇU.	2.104/2013	25/02/2013	SERÁ RATIFICADA NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIB	PORTARIA Nº 382, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

4

5

### DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM COM PENDÊNCIAS

AD REFERENDUM COM PENDÊNCIAS			
ASSUNTO	Nº DA DELIBERAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	STATUS
APROVA <b>AD REFERENDUM</b> O CREDENCIAMENTO DA RADIO MED – DIAGNÓSTICO POR IMAGEM EM GERAL – CNES N.º 6120423 – LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	975/2010	16/7/2013	AGUARDANDO PARECER DA AUDITORIA PARA RATIFICAR OU NÃO A DELIBERAÇÃO
PACTUAR <b>AD REFERENDUM</b> O PROJETO PET-SAÚDE/REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE (2013-2015) DA <u>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)</u> EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DO RIO DE JANEIRO	2.206/2013	23/5/2013	SERÁ RATIFICADA EM OUTUBRO

6  
7

### DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM PARA SEREM REVOGADAS

AD REFERENDUM PARA REVOGAR			
ASSUNTO	Nº DA DELIBERAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	STATUS
APROVAR <b>AD REFERENDUM</b> A ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DE VASSOURAS E TRÊS RIOS NA ESTRATÉGIA DE AUMENTO DO ACESSO AOS PROCEDIMENTOS TRAUMATO-ORTOPÉDICOS NO ÂMBITO DO SUS	Nº 2.387	2/9/2013	SERÁ REVOGADA, POIS OS MUNICÍPIOS FORAM CONTEMPLADOS PELA PORTARIA MS/GM Nº 880/2013
APROVA <b>AD REFERENDUM</b> OS PROJETOS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DE PIRAI, PAULO DE FRONTIN, SILVA JARDIM E <u>RIO DE JANEIRO</u> , NO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NO SUS – PROGESUS, CONFORME ENCAMINHAMENTO DO COSEMS ATRAVÉS DO OFÍCIO COSEMSRJ Nº 188, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.	Nº 813/2010	10/2/2010	FALTA O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

8

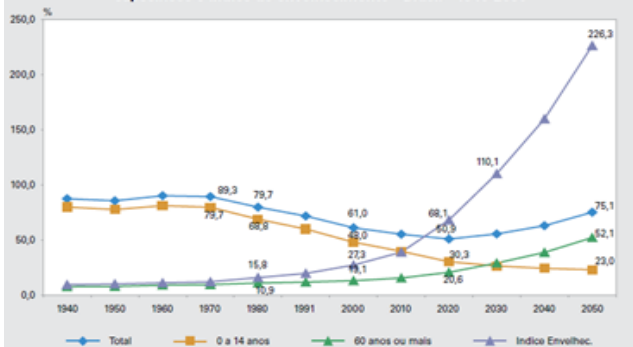
9 ANEXO II  
 10 CEPE – Centro de Pesquisa de Envelhecimento  
 11



12  
 13

Índice de envelhecimento  
 Número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100  
 pessoas menores de 15 anos de idade,

Gráfico 7 - Evolução da razão de dependência da população, total e por grupos de idade específicos e índice de envelhecimento - Brasil - 1940-2050



notas: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 revisão 2008.

População de idosos por Ano segundo Faixa etária  
 Período: 1991, 2000, 2010

Faixa etária	1991	2000	2010
TOTAL	10.552.357	14.375.606	20.438.56
60 a 69 anos	6.356.439	8.122.270	11.305.01
70 a 79 anos	3.115.401	4.507.694	6.268.051
80 anos e mais	1.080.517	1.745.642	2.865.49

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Incremento Populacional

Faixa Etária	2010/1991
0 a 60 anos	25,02%
60 e mais	93,70%

14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19



Centro de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento  
CEPE  
Quem somos

- O CEPE é uma iniciativa pioneira no sentido de se conhecer melhor a realidade da saúde do idoso em nosso Estado.
- É um projeto da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, gerenciado pelo Instituto Vital Brazil.
- Tem como objetivo realizar avaliação interdisciplinar dos idosos, promover o envelhecimento saudável e ser um ambiente de debates e formação voltada para a saúde do idoso com perspectiva de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

20  
21  
22  
23



Centro de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento  
CEPE  
Como Fazemos

- Desenvolvimento de pesquisas científicas;
- Capacitação e treinamento de profissionais de saúde para o atendimento e cuidados com idosos;
- Realização de jornadas e seminários nacionais e internacionais na área do envelhecimento;
- Capacitação para Cuidadores de idosos;
- Criação de bancos de dados para formulação de políticas públicas;
- Atendimento ambulatorial referenciada, por equipe multiprofissional especializada em Geriatria e Gerontologia, para finalidade de pesquisa sobre modelo de atenção em saúde;
- Parcerias.

24  
25  
26  
27  
28  
29



Centro de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento  
CEPE  
O que Queremos

- Congregar profissionais de saúde, academias, universidades e sociedade civil para realizar estudos, pesquisas e protocolos na área do envelhecimento, com o objetivo de elaborar propostas de políticas públicas.
- Informar a sociedade assuntos de interesse na área do envelhecimento.
- Promover o envelhecimento ativo.



30  
31  
32  
33  
34  
35  
36

### ANEXO III

### Programa Estadual de Profilaxia para o Vírus Sincicial Respiratório.

GOVERNO DO  
RIO DE  
JANEIRO

SECRETARIA  
DE SAÚDE

**PROGRAMA ESTADUAL DE  
PROFILAXIA PARA O VÍRUS  
SINCICIAL RESPIRATÓRIO**

**Resultados Finais 2013**

Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - SAFIE  
Subsecretaria de Atenção à Saúde - SAS  
Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ

**10 de Setembro de 2013**

37  
38  
39

UPAS	2012		2013	
	Pacientes	Frascos Utilizados	Pacientes	Frascos Utilizados
CABO FRIO	31	113	81	301
CAMPO GRANDE	61	254	113	378
CAMPOS DOS GOYTACAZES	91	387	123	461
COPACABANA	49	226	84	323
DUQUE DE CAXIAS	137	513	161	656
ENGENHO NOVO	90	382	95	377
JACAREPAGUÁ	93	373	114	387
NOVA IGUAÇÚ	65	276	96	352
PETRÓPOLIS	47	149	40	106
RESENDE	71	244	74	271
SÃO GONÇALO	187	366	139	510
TIJUCA	60	197	136	469
RIOFARMES (pacientes internados)	220	393	120	478
<b>TOTAL</b>	<b>1202</b>	<b>3873</b>	<b>1376</b>	<b>5069</b>

**Pacientes :  
14,5%**

**Frasco:  
30,9%**

Média Geral 2013 = 3,7 frascos/paciente
Média Geral 2012 = 3,2 frascos/paciente

2013	21.375.973,00
2012	16.305.330,00

40  
41  
42  
43

	Nº de Pacientes	
	2012	2013
Abril	186	359
Maiο	362	440
Junho	209	321
Julho	292	130
Agosto	153	76

2013	Nº de Pacientes (%)
1 Aplicação	163 (11,8)
2 Aplicação	206 (14,9)
3 Aplicação	277 (20,1)
4 Aplicação	450 (32,7)
5 Aplicação	280 (20,3)
<b>Total</b>	<b>1376 (100)</b>

<b>2013</b>	<b>R\$ 21.375.973,00</b>
<b>2012</b>	<b>R\$ 16.305.330,00</b>

44  
45  
46  
47  
48

- 49 ANEXO IV  
50 PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade da  
51 Atenção Básica  
52 2º Ciclo (2012-2013).  
53



## Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica 2º Ciclo (2012-2013)

FASE 3 – Avaliação Externa – Coleta de dados  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca  
Fundação Oswaldo Cruz



Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2013



- 54  
55  
56

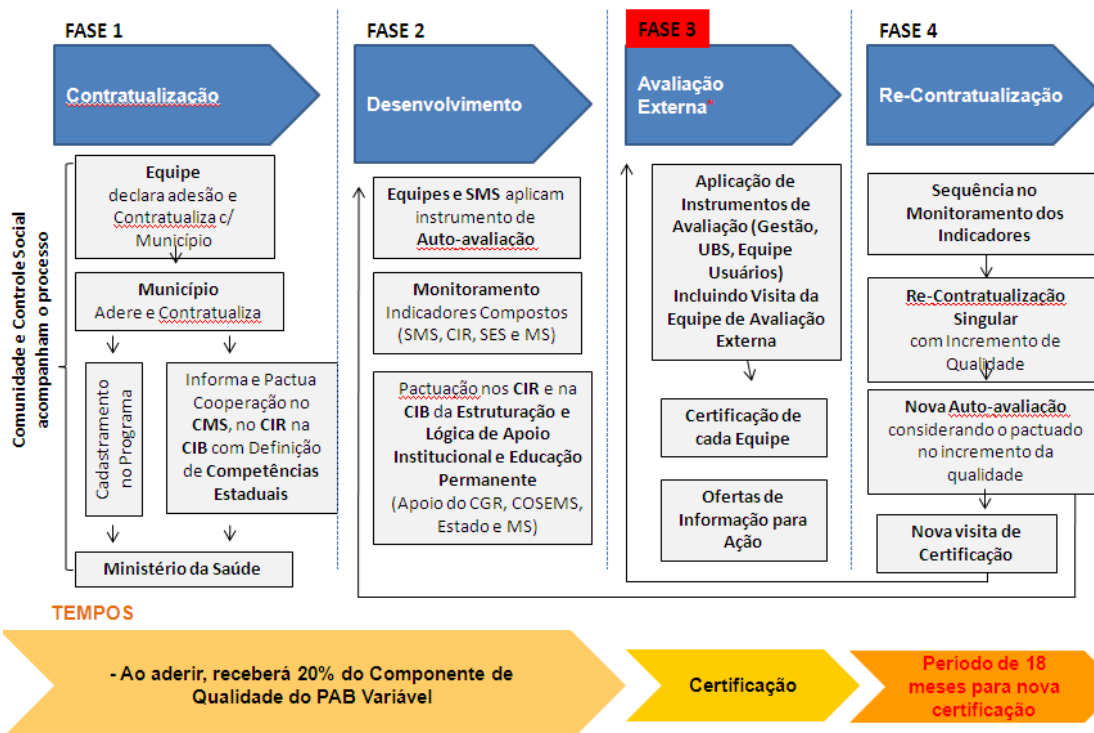


## Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (Portaria 1.654/2011)

- Objetivo:  
Induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da Atenção Básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente – maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à AB.
- Diretrizes:
  - I- Possuir parâmetro de comparação entre as EAB/ESF;
  - II- Ser incremental e transparente;
  - III- Envolver diversos atores no processo de mudança de cultura de gestão e qualificação da AB em Saúde;
  - IV- Desenvolver cultura de negociação e contratualização;
  - V- Estimular a efetiva mudança do modelo de atenção;
  - VI- Ter caráter voluntário para a adesão tanto das EAB/ESF quanto dos gestores municipais.
- Envolve quatro fases: 1) Adesão e Contratualização; 2) Desenvolvimento; 3) Avaliação Externa; 4) Pactuação.

- 57

## Fases do Programa



\* O município não precisa solicitar a visita de Avaliação Externa: Portal do Gestor – confirmação de participação e/ou exclusão



### Fase 3: Avaliação Externa

- Consiste no levantamento de informações para análise das condições de acesso e de qualidade das Equipes da Atenção Básica participantes do programa;
- Convite do MS a instituições de ensino para realização da coleta de dados *in loco* – subsídio para a Fase 3 do PMAQ (desde o ciclo anterior);
  - ENSP/FIOCRUZ: Responsável pela atividade em nove estados
- Ciclo 1 (2011-2012): Censo (todas US) + Avaliação externa EAB/ESF (com ou sem SB)
- Ciclo 2 (2012-2013): Avaliação externa EAB/ESF (com ou sem SB) + NASF + CEO
- Coleta de dados: visitas às EAB ou NASF\*, para aplicação de instrumentos voltados à:
  - 1) Observação;
  - 2) Entrevista e verificação de documentação junto ao profissional responsável pela equipe\*;
  - 3) Entrevista com usuários da EAB/ESF.
- **Período de trabalho de campo: 07/10 a 20/12**
  - **Datas serão pactuadas com municípios:** carta de apresentação, participação em GT regionais, contato individualizado;
  - **Equipe Fiocruz – PMAQ RJ:** 1 coordenadora estadual, sete supervisores e 28 entrevistadores.

58  
59

60  
61  
62  
63



## Fase 3: Avaliação Externa

- Consiste no levantamento de informações para análise das condições de acesso e de qualidade das Equipes da Atenção Básica participantes do programa;
- Convite do MS a instituições de ensino para realização da coleta de dados *in loco* – subsídio para a Fase 3 do PMAQ (desde o ciclo anterior);
  - ENSP/FIOCRUZ: Responsável pela atividade em nove estados
- Ciclo 1 (2011-2012): Censo (todas US) + Avaliação externa EAB/ESF (com ou sem SB)
- Ciclo 2 (2012-2013): Avaliação externa EAB/ESF (com ou sem SB) + NASF + CEO
- Coleta de dados: visitas às EAB ou NASF\*, para aplicação de instrumentos voltados à:
  - 1) Observação; 2) Entrevista e verificação de documentação junto ao profissional responsável pela equipe\*;
  - 3) Entrevista com usuários da EAB/ESF.
- **Período de trabalho de campo: 07/10 a 20/12**
  - **Datas serão pactuadas com municípios:** carta de apresentação, participação em GT regionais, contato individualizado;
  - **Equipe Fiocruz – PMAQ RJ:** 1 coordenadora estadual, sete supervisores e 28 entrevistadores.

64  
65  
66  
67

### ANEXO V Credenciamentos



**SES/ SAS/ SAECA**

**8ª reunião ordinária da CIB**

68  
69  
70  
71



## ***CRENCIAMENTOS***

72  
73



## ***CRENCIAMENTOS***

- **Processo nº 200/2765/2013** - Habilitação da Oficina Ortopédica da Associação Fluminense de Reabilitação – AFR.
- **Processo nº 200/12600/2010** - Habilitação de 08 (oito) leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional do Hospital Universitário Antônio Pedro, CNES nº 0012505, localizado no município de Niterói/RJ.
- **Processo nº E-08/001/1562/2013** - Habilitação de 26 leitos de UTI adulto tipo II do Hospital São Francisco de Assis, CNES nº 7065515, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ.
- **Processo nº 200/4150/2013** - Habilitação da AFR em CER Tipo II - Física e Intelectual.

74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82

## ***CREDENCIAMENTOS***

- **Processo nº 200/4271/2013** - Habilitação da AFAC em CER Tipo II - Visual e Intelectual.
- **Processo nº E-08/001/8975/2013** - Projeto Olhar Brasil – Valença.
- **Processo nº E-08/001/9038/2013** - Olhar Brasil – Niterói.
- **Processo nº E-08/001/8707/2013** - Serviço de Ortopedia e Traumatologia da Clínica São Gonçalo, CNES nº 2696851, localizada no Município de São Gonçalo - RJ.

## ***TETO FINANCEIRO***

## TETO FINANCEIRO

Portaria nº 1.666/2013 - Estabelece recuso ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) para custeio mensal devido à adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Município	Unidade	Valor Mensal	Valor Anual
Petrópolis	Centro de Espec. Odontológicas Pastor Edelto Barreto Antunes	2.200,00	26.400,00
	Centro de Odontologia	2.200,00	26.400,00
Total		4.400,00	52.800,00

Esta portaria entra em vigor a partir da competência julho 2013

90  
91

## TETO FINANCEIRO

Portaria nº 1.707/2013 - Estabelece recurso, em parcela única, para manutenção de serviços do Hospital Colônia de Rio Bonito.

Unidade	Parcela única
Hospital Colônia de Rio Bonito	590.500,00

O recurso será repassado para o Fundo Municipal de Saúde do Rio Bonito

92  
93  
94  
95  
96  
97  
98

## TETO FINANCEIRO

Portaria nº 1.737/2013 - Estabelece recurso referente a Nefrologia (FAEC).

Município	Valor Mensal	Valor Anual
Barra do Pirai	7.072,31	84.867,72
Barra Mansa	2.806,44	33.677,28
Macaé	12.970,94	155.651,28
São Gonçalo	7.750,69	93.008,28
Valença	2.598,32	31.179,84

Portaria com efeitos financeiros a partir da competência Agosto de 2013

99  
100

## TETO FINANCEIRO

Teto da competência Agosto de 2013 de Terapia Renal Substitutiva (TRS)

Município de Gestão Plena	Teto de Agosto de 2013 Mensal	Teto de Agosto de 2013 ANUAL
330010 Angra dos Reis	367.382,44	4.408.589,28
330030 Barra do Pirai	507.227,77	6.086.733,24
330040 Barra Mansa	189.772,33	2.277.267,96
330045 Belford Roxo	1.104.184,36	13.250.212,32
330100 Campos dos Goytacazes	965.173,82	11.582.085,84
330170 Duque de Caxias	1.360.751,36	16.329.016,32
330190 Itaboraí	474.122,79	5.689.473,48
330220 Itaperuna	370.532,36	4.446.388,32
330240 Macaé	381.572,83	4.578.873,96
330250 Magé	400.473,57	4.805.682,84
330320 Nilópolis	357.753,68	4.293.044,16
330330 Niterói	865.342,16	10.384.105,92
330340 Nova Friburgo	315.017,60	3.780.211,20

101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108

## TETO FINANCEIRO

Teto da competência Agosto de 2013 de Terapia Renal Substitutiva (TRS)

Município de Gestão Plena	Teto de Agosto de 2013 Mensal	Teto de Agosto de 2013 ANUAL
330350 Nova Iguaçu	1.175.494,44	14.105.933,28
330360 Paracambi	200.505,84	2.406.070,08
330390 Petrópolis	399.584,81	4.795.017,72
330414 Queimados	500.596,25	6.007.155,00
330420 Resende	139.362,83	1.672.353,96
330430 Rio Bonito	354.126,71	4.249.520,52
330455 Rio de Janeiro	8.224.459,34	98.693.512,03
330490 São Gonçalo	1.254.993,42	15.059.921,04
330510 São João de Meriti	860.682,43	10.328.189,16
330580 Teresópolis	-	-
330600 Três Rios	338.508,24	4.062.098,88
330610 Valença	283.527,48	3.402.329,76
330620 Vassouras	133.218,24	1.598.618,88
330630 Volta Redonda	270.087,97	3.241.055,64
<b>SUB TOTAL 1</b>	<b>21.794.455,07</b>	<b>261.533.460,79</b>

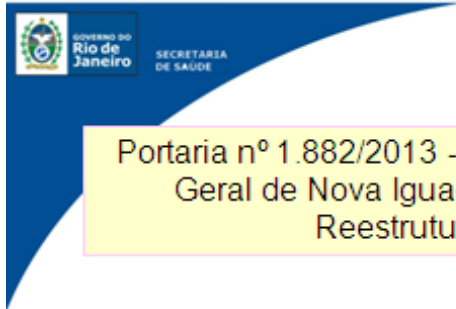
109

## TETO FINANCEIRO

Teto da competência Agosto de 2013 de Terapia Renal Substitutiva (TRS)

Município de Gestão Estadual	Teto de agosto de 2013 MENSAL	Teto de agosto de 2013 ANUAL
330020 Araruama	255.535,98	3.066.431,76
330070 Cabo Frio	398.643,40	4.783.720,80
330227 Japeri	427.938,60	5.135.263,20
330470 Santo Antônio de Pádua	339.682,81	4.076.193,72
SUB TOTAL 2	1.421.800,79	17.061.609,48
TOTAL ESTADO	23.216.255,86	278.595.070,27

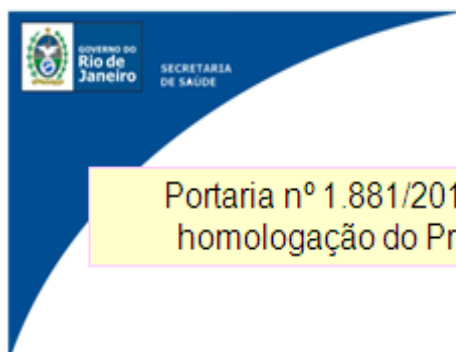
110  
111  
112

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.882/2013 - Estabelece recursos destinados ao Hospital Geral de Nova Iguaçu em conformidade com o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino.

Município	Parcela Única
Nova Iguaçu	4.360.000,00

Esta portaria entra em vigor a partir da competência agosto 2013

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.881/2013 - Estabelece recurso (FAEC) referente à homologação do Projeto Olhar Brasil, município de Resende

Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica (parcela única)	Valor total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica (transferidos conforme produção apurada)
R\$ 11.427,41	R\$ 60.427,41

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.846/2013 -Estabelece recurso (FAEC) referente à homologação do Projeto Olhar Brasil, município de Porto Real

Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica (parcela única)	Valor total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica (transferidos conforme produção apurada)
R\$ 2.713,73	R\$ 14.454,44

116  
117

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.876/2013 -Estabelece recurso (FAEC) referente à homologação do Projeto Olhar Brasil, município de Pirai

Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica (parcela única)	Valor total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica (transferidos conforme produção apurada)
R\$ 22.919,94	R\$ 197.550,97

118  
119

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.976/2013 -Estabelece recurso (FAEC) referente à homologação do Projeto Olhar Brasil, município de Três Rios

Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica (parcela única)	Valor total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica (transferidos conforme produção apurada)
R\$ 12.737,81	R\$ 50.951,26

120  
121

**TETO FINANCEIRO**

Portaria nº 1.980/2013 -Estabelece recurso (FAEC) referente à homologação do Projeto Olhar Brasil, município de Mendes

Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica (parcela única)	Valor total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica (transferidos conforme produção apurada)
R\$ 3.254,97	R\$ 13.019,90

122  
123  
124  
125  
126

## TETO FINANCEIRO

Portaria nº 1.872/2013 - Estabelece recurso devido habilitação de Serviços Hospitalares de Referência (SHR) para Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, município do Rio de Janeiro.

Estabelecimento	Valor Mensal	Valor Anual
SMSDC Hospital Munic. Ronaldo <u>Gazolla Hosp Acari</u>	84.151,65	1.009.819,80
SMSDC Hospital Municipal Evandro Freire	84.151,65	1.009.819,80
SMSDC Hospital Municipal Pedro II	106.592,09	1.279.105,08
Total Município Rio de Janeiro	274.895,39	3.298.744,68

Esta portaria tem efeitos financeiros a partir da competência agosto 2013

127  
128  
129

## TETO FINANCEIRO

Remanejamento do recurso de custeio para a rede de ostomizados para o município de São João de Meriti.

Recurso Mensal	Recurso Anual
R\$ 25.780,44	R\$ 309.365,23

130  
131  
132

## **TETO FINANCEIRO**

O município de Cantagalo solicita assumir o recurso e a gestão de seus prestadores, a partir da competência outubro de 2013.

133  
134

## **TETO FINANCEIRO**

Devolução ao município de Itaperuna o recurso retido na SES referente ao Hospital São José do Avaí.

RECURSO ANUAL	RECURSO MENSAL
42.696.511,28	3.558.042,61

135  
136  
137  
138  
139

## TETO FINANCEIRO

Remanejamento PPI: Solicitante Conceição de Macabu.

Executor Anterior	Agregado	Executor Atual	Valor Físico	Financeiro
CONCEICAO DE MACABU	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223146 - Médico ortopedista e traumatologista	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.000	10.000,00

140  
141

## TETO FINANCEIRO

Remanejamento PPI: Solicitante Silva Jardim.

Executor Anterior	Agregado	Executor Atual	Físico	Financeiro
Silva Jardim	<u>Diagnóstico em otorrino e faunoaudiologia &lt; R\$ 5,00</u>	Niterói	138	556,37
	<u>Diagnóstico em otorrino e faunoaudiologia &gt; R\$ 5,00 e &lt; R\$ 26,00</u>		82	1.246,25

142  
143

## TETO FINANCEIRO

Remanejamento PPI: Solicitante Rio das Flores.

Executor Anterior	Agregado	Executor Atual	Físico	Financeiro
Volta Redonda	Pneumologia	Rio das Flores	3	2.111,96
Barra Mansa	Cardiologia		10	6.781,73

144  
145  
146

## TETO FINANCEIRO

Remanejamento PPI: Solicitante Campos dos Goytacazes.

Executor Anterior	Agregado	Executor Atual	Físico	Financeiro
CORDEIRO	Diagnóstico- <u>Densitometria Óssea</u>	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.029,90	56.849,54
ITAPERUNA	<u>Litotripsia - Serviço de Litotripsia</u>		217	37.331,10
	<u>Pesquisa de rotavirus nas fezes</u>		21,76	223,00
	<u>Ecocardiografia ac</u>		39,09	6.450,54
	<u>Diagnostico em angiologia</u>		2,95	49,40
	<u>Fisioterapia - obstétricas neonatais e uroginecológicas</u>		36,41	187,93
	<u>Postectomia</u>		0,77	167,97
NITERÓI	<u>Coleta de lavado bronco-alveolar</u>		50,43	141,20
	<u>Exames de genética a</u>		60,42	1.962,38
	<u>Consulta médica em atenção especializada - 223109 - Médico cirurgião do aparelho digest</u>		66,19	661,93
ITAPERUNA	<u>Diagnóstico Medicina Nuclear - Cintilografia</u>	MACAÉ	671,73	235.488,96

147

**TETO FINANCEIRO**
**Repactuação da Rede de Traumatologia/Ortopedia de Média Complexidade da Região Serrana**

Executor	Percentual	Encaminhador
BOM JARDIM	88%	BOM JARDIM
CACHOEIRAS DE MACACU	80%	CACHOEIRAS DE MACACU
CANTAGALO	90%	CANTAGALO
	100%	MACUCO
CARMO	50%	CARMO
CORDEIRO	90%	CORDEIRO
	50%	DUAS BARRAS
NOVA FRIBURGO	100%	NOVA FRIBURGO
	50%	DUAS BARRAS
	12%	BOM JARDIM
PETROPOLIS	100%	PETROPOLIS
	80%	SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO
SANTA MARIA MADALENA	50%	SANTA MARIA MADALENA
SAO SEBASTIAO DO ALTO	100%	SÃO SEBASTIAO DO ALTO
	100%	TRAJANO DE MORAES
	50%	SANTA MARIA MADALENA
TERESOPOLIS	100%	TERESOPOLIS
	100%	GUAPIMIRIM
	100%	SUMIDOURO
	20%	CACHOEIRAS DE MACACU
	50%	CARMO
	20%	SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO
	10%	CORDEIRO
	10%	CANTAGALO

148  
149

**TETO FINANCEIRO**
**Repactuação da Rede de Traumatologia/Ortopedia de Média Complexidade da Baixada Litorânea**

Executor	Percentual	Encaminhador
ARARUAMA	100%	ARARUAMA
	100%	ARMACAO DE BUZIOS
	10%	ARRAIAL DO CABO
	100%	SAO PEDRO DA ALDEIA
	100%	SAQUAREMA
ARRAIAL DO CABO	90%	ARRAIAL DO CABO
CABO FRIO	100%	CABO FRIO
CASIMIRO DE ABREU	50%	CASIMIRO DE ABREU
ITABORAI	100%	IGUABAGRANDE
MACAE	50%	CASIMIRO DE ABREU
RIO DAS OSTRAS	100%	RIO DAS OSTRAS

150  
151  
152

## TETO FINANCEIRO

Adesão dos municípios do Estado do Rio de Janeiro à Portaria MS/GM nº 880/2013 (estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Traumatológico-ortopédicos de Média Complexidade).

Região	Município
<u>B.I.G.</u>	Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty
Centro Sul	Vassouras e Três Rios
Baixada Litorânea	Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras
Médio Paraíba	Barra do Piraí, Barra Mansa, Piraí, Resende, Valença e Volta Redonda
Metropolitana I	Duque de Caxias, Itaguaí, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro
Metropolitana II	Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá.
Noroeste	Bom Jesus do <u>Itabapoana</u> , Cambuci, Itaocara, Itaperuna, Miracema e Santo Antônio de Pádua.
Norte	Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra
Serrana	Bom Jardim, Cachoeiras de <u>Macacu</u> , Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Teresópolis.

153  
154

## TETO FINANCEIRO

Referências dos municípios que aderiram à Portaria MS/GM nº 880/2013 (estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Traumatológico-ortopédicos de Média Complexidade).

REGIÃO	MUNICÍPIO EXECUTOR		MUNICÍPIO ENCAMINHADOR
<b>BIG</b>	ANGRA DOS REIS	100%	ANGRA DOS REIS
		50%	PARATY
	MANGARATIBA	100%	MANGARATIBA
	PARATY	50%	PARATY

155

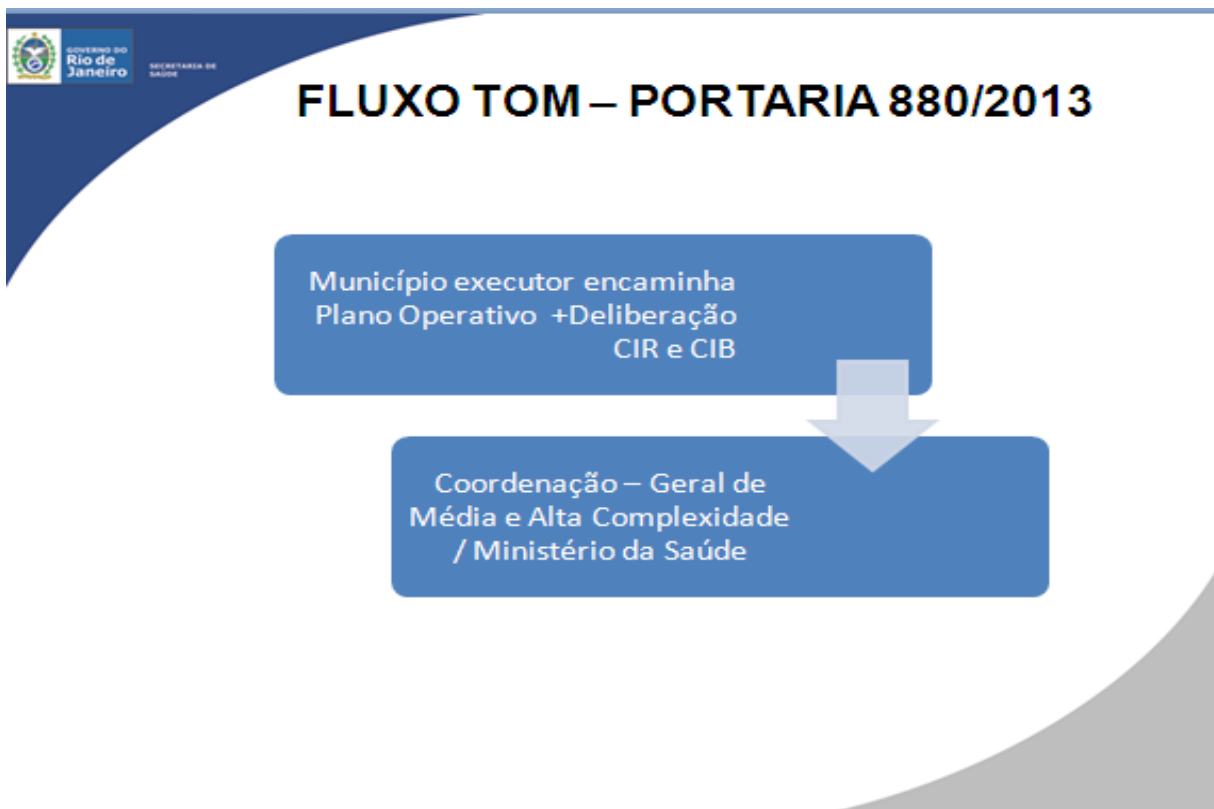
### TETO FINANCEIRO

REGIÃO	MUNICÍPIO EXECUTOR		MUNICÍPIO ENCAMINHADOR
METRO I	DUQUE DE CAXIAS	80%	DUQUE DE CAXIAS
		10%	SÃO JOÃO DE MERITI
		100%	MANGÉ
	ITAGUAI	90%	ITAGUAI
		50%	SERÓPEDICA
	NOVA IGUAÇU	70%	BELFORD ROXO
		70%	JAPERI
		70%	MESQUITA
		90%	NOVA IGUAÇU
		60%	SÃO JOÃO DE MERITI
		10%	SEROPÉDICA
		10%	ITAGUAI
		70%	NILÓPOLIS
		80%	QUEIMADOS
	RIO DE JANEIRO	30%	BELFORD ROXO
		20%	DUQUE DE CAXIAS
		30%	JAPERI
		50%	MAGÉ
		30%	MESQUITA
		10%	NOVA IGUAÇU
20%		QUEIMADOS	
100%		RIO DE JANEIRO	
40%		SEROPÉDICA	
30%		NILÓPOLIS	
30%	SÃO JOÃO DE MERITI		

157  
158  
159  
160  
161

### TETO FINANCEIRO

REGIÃO	MUNICÍPIO EXECUTOR	MUNICÍPIO ENCAMINHADOR
MEDIO PARAÍBA	BARRA DO PIRAI	BARRA DO PIRAI
	BARRA MANSÁ	BARRA MANSÁ
		QUATIS
		RIO CLARO
	PIRAI	PIRAI
	RESENDE	ITATIAIA
		PORTO REAL
		RESENDE
	VALENÇA	VALENÇA
		RIO DAS FLORES
VOLTA REDONDA	VOLTA REDONDA	
	PINHEIRAL	





## TETO FINANCEIRO

Nova composição do Grupo condutor da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência.

A - 05 (cinco) representantes da Secretaria de Estado de Saúde e suplentes:

- 02 (dois) SAECA
- 02 (dois) SAB
- 01 (um) Integração Regional

B - 05 (cinco) representantes do COSEMS e suplentes.

C - 02 (um) apoiadores institucionais do Ministério da Saúde:

- 01 (um) Apoiador Técnico
- 01 (um) Apoiador DARAS

D - 01 (um) representante do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência e suplentes.

**Pactuação da homologação da metropolitana II como região inicial para implementação da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência.**

**Critérios e orientações para implementação da rede**

-Definição da região inicial para elaboração do plano regional

**Critérios:**

-Região com fluxo de Atenção já estabelecido, para ser aprimorado.

-Ambiência estruturada

-Região norteadora da elaboração do plano de ação Estadual para o início da implementação da rede

-Homologação da região inicial

168

**Rede da Pessoa com Deficiência – Região Metropolitana II**

ANEXO I

1- A porta de entrada da Rede de Cuidados à pessoa com deficiência será a Atenção Básica Municipal. O município que não possuir cobertura de 100% de Estratégia de Saúde da Família deverá indicar suas portas de entrada, como ambulatório especializado. Para isso, serão necessárias ações de fortalecimento das equipes, como capacitação, para que possam atuar com mais eficácia e resolubilidade nas ações voltas para a Rede.

2- Com relação a(s) porta(s) de entrada por município para usuários ostomizados, a região pretende dar continuidade aos núcleos existentes, que se encontram nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

169  
170  
171

Rede da Pessoa com Deficiência – Região Metropolitana II

ANEXO I

3- Definição de uma (ou mais) referências municipais para avaliação do usuário com deficiência, através da constituição de equipe mínima composta por médico, assistente social e profissional de reabilitação para o diagnóstico do nível de comprometimento do paciente e indicação do encaminhamento necessário (baixa, media e alta complexidade).

4- Criação de protocolos técnicos para avaliação e encaminhamentos dos usuários com deficiência em função do tipo e grau de comprometimento.

5- Organização do fluxo municipal e regional.

6- A referência de odontologia hospitalar para a clientela com deficiência será o Hospital Rocha Faria.

172  
173

Rede da Pessoa com Deficiência – Região Metropolitana II

ANEXO I

7- Os responsáveis técnicos por acompanhar a implementação da Rede são:

Município	Responsáveis
Itaboraí	Rita de Cassia Oliveira Melo - Fisioterapeuta
Niterói	<u>Georgia Ribeiro de Mascarenhas</u> – Médica
São Gonçalo	Suely dias Dantas – Assistente Social
Rio Bonito	Sr Jésus Vander <u>Clevelares de Jesus</u> , fisioterapeuta <u>Crefito nº38829-F</u> . Tel.: 9461-3254. Email: jvcj@oi.com.br
Maricá	Vânia Ramos – <u>Fisioterapeuta</u>
<u>Tanguá</u>	Jane Pontes dos Santos Silva – Assistente Social <u>Késia da Costa Caffaro</u> – fisioterapeuta
Silva Jardim	<u>Nildo Julião Souza</u> – fisioterapeuta. <u>Crefito nº15983</u> tel.: (21) 2627-5704; (21)9973-2783 – email:juliao.fst@gmail.com

174  
175  
176  
177

Rede da Pessoa com Deficiência – Região Metropolitana II

ANEXO II

Município	Serviço	Proposta de CER	Atenção Especializada em Reabilitação	Tipo de investimento CER
Niterói	AFAC (Associação Fluminense de Amparo aos Cegos)	Tipo II	Reabilitação visual e intelectual	Custeio
	AFR.( Associação Fluminense de Reabilitação)	Tipo II	Reabilitação física (com oficina ortopédica) e intelectual.	Custeio
	APN (Associação Pestalozzi de Niterói)	Tipo II	Reabilitação física (com oficina ortopédica) e intelectual.	Custeio
Itaboraí	-	Tipo IV	Reabilitação visual, intelectual, física e auditiva.	Construção, equipamento e custeio
São Gonçalo	-	Tipo IV	Reabilitação visual, intelectual, física e auditiva (ostomizados).	Construção, equipamento e custeio
Maricá	-	Tipo IV	Reabilitação visual, intelectual, física e auditiva.	Construção, equipamento e custeio
Silva Jardim	-	Tipo II	Reabilitação física e intelectual.	Construção, equipamento e custeio
Rio Bonito	-	Tipo IV	Reabilitação visual, intelectual, física e auditiva.	Construção, equipamento e custeio
Tanguá	-	Tipo II	Reabilitação física e intelectual.	Construção, equipamento e custeio

178

Alteração do anexo II da Deliberação CIB/RJ 2.196/2013  
(CER Metropolitana I)

Município	Classificação CER	Recursos
Duque de Caxias	4	Com oficina ortopédica e recurso para construção, equipamentos e custeio
Belford Roxo	2	Com oficina ortopédica e recurso para construção, equipamentos e custeio
Mesquita	2	Com oficina ortopédica e recurso para construção, equipamentos e custeio
São João de Meriti	2	Com oficina ortopédica e recurso para construção, equipamentos e custeio
Nova Iguaçu AACD	2	Recurso para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio
Rio de Janeiro (Centro Municipal de Reabilitação Oscar Clark)	4	Recursos para oficina ortopédica, obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio
Rio de Janeiro (Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho)	3	Recursos para oficina ortopédica, obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio
Rio de Janeiro (Policlínica Newtom Bethlem)	3	Recurso para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio
Rio de Janeiro (Centro Educacional Nosso Mundo - CENON)	2	Recursos para custeio

179

180



## **TETO FINANCEIRO**

Ratificação da Deliberação Conjunta CIB/COSEMS nº 12/2013, Projeto Olhar Brasil, para os municípios da Metropolitana I, BIG e São da Barra.

181



## **TETO FINANCEIRO**

Inclusão do Hospital Municipal Evandro Freire como Hospital Retaguada da Clínica de Diálise Prodoctor.

182  
183  
184  
185  
186

187 **ANEXO VI**  
188 **Nota Técnica SAB/SAS/SES**

189  
190  
191  
192 **NOTA TÉCNICA SAB/SAS/SES N°003//2013**

193  
194  
195 **ASSUNTO: Financiamento da Atenção Básica - Incorporação dos recursos da**  
196 **Estratégia de Compensação de Especificidades Regionais no Piso de Atenção**  
197 **Básica Fixo**  
198

199  
200 No último dia 10 de julho foram publicadas as portarias do Ministério da Saúde  
201 números 1.408 e 1.409. A primeira delas trata da incorporação dos recursos da  
202 Estratégia de Compensação de Especificidades Regionais (CER), enquanto a segunda  
203 atualiza os valores do Piso de Atenção Básica fixo (PAB-fixo).

204 As portarias tem sido alvo de questionamentos pelas secretarias municipais de  
205 saúde, uma vez que definem mudanças na forma de alocação dos recursos da CER.

206 Ao menos nos últimos seis anos foram publicadas portarias tratando dos valores  
207 mínimos do PAB-fixo (a serem multiplicados pelo número de munícipes - recurso *per*  
208 *capita*). Em 2011, o PAB-fixo passa a incorporar um fator de equidade, no qual os  
209 municípios são divididos em quatro faixas que contemplam, sobretudo, indicadores de  
210 caráter socioeconômico e o porte populacional. A mudança, os valores mínimos e as  
211 portarias podem ser observados nas tabelas a seguir:

212

213 Tabela 1: Valores PAB-fixo 2009-2010

214

Ano/Portaria	Valor Mínimo
<b>2008</b>	R\$ 17,00
Portaria 3.067 (23/12)	
<b>2009</b>	R\$ 18,00
Portaria 2.007 (01/09)	
<b>2010</b>	R\$ 18,00
Portaria 3.170 (19/10)	

219

220

221

222

223 Tabela 2: Valores PAB-fixo 2011-2013

224

Ano/Portaria	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
--------------	---------	---------	---------	---------

<b>2011</b> Portaria 1602 (09/07)	R\$18,00	R\$19,00	R\$21,00	R\$23,00
<b>2012</b> Portaria 953 (15/05)	R\$20,00	R\$21,00	R\$23,00	R\$25,00
<b>2013</b> Portaria 1.409 (10/07)	R\$23,00	R\$24,00	R\$26,00	R\$28,00

225 Quando são observados os recursos totais do PAB-fixo para o Brasil nos últimos  
 226 cinco anos, nota-se um aumento constante – mais significativo a partir do ano de 2011 –  
 227 chegando a 10% em relação ao ano anterior, como observado na tabela abaixo:

228 Tabela 3: Valores PAB-fixo Brasil e aumento percentual anual  
 229

Ano	Valores PAB-fixo Brasil/ano	Aumento percentual
<b>2009</b>	R\$3.445.984.306,44	
<b>2010</b>	R\$3.479.609.113,68	0,98 %
<b>2011</b>	R\$3.841.736.921,88	10,41 %
<b>2012</b>	R\$4.224.975.996,96	9,98 %
<b>2013</b>	R\$4.838.659.025,04	14,53%

230  
 231 Considerando que o valor repassado em todo o Brasil para a Estratégia de  
 232 Compensação de Especificidades Regionais foi de R\$ 213.382.780,38 em 2012, é  
 233 possível notar que a elevação em 14,53% no PAB-fixo compreende um aumento bem  
 234 semelhante aos dos últimos dois anos (cerca de 10%), somado a um valor bem próximo  
 235 ao que foi repassado em 2012, relacionado à CER, correspondendo a 5,05% dos 14,53%  
 236 de aumento. Não há, portanto, nenhum aumento além do que já vinha sendo observado  
 237 anualmente em relação ao PAB-fixo.

238 Para compreender como essa mudança reflete nos recursos da Atenção Básica dos  
 239 municípios do estado do Rio de Janeiro é preciso considerar a mudança da forma de  
 240 divisão dos mesmos. Neste caso, o que muda na partilha dos R\$ 14.501.410,20 da CER  
 241 do estado em 2012 entre os municípios.

242 A CIB-RJ pactuou em Novembro de 2007 os seguintes critérios e pesos para a  
 243 alocação dos recursos da CER: Cobertura da Estratégia Saúde da Família (Peso 40%),

244 Cobertura de Saúde Bucal (Peso 5%), Fator de Alocação<sup>1</sup> (Peso 15%) e Coeficiente de  
 245 violência em jovens (Peso 40%). Nesta forma de divisão dos recursos não são levados  
 246 em conta, diretamente, o porte populacional dos municípios. Assim, municípios com  
 247 população pequena muitas vezes receberam mais recursos que municípios de porte  
 248 muito superior.

249 Quando os recursos da CER passam a ser divididos na lógica do PAB-fixo – valor  
 250 mínimo por faixa a ser multiplicado pelo número de habitantes – observamos que os  
 251 municípios menores passam a receber menos recursos que no ano anterior, ainda que  
 252 estejam em faixas de maior valor de PAB-fixo por habitante e que esta fonte tenha  
 253 aumentado em 10%. Na tabela abaixo, organizada em ordem crescente de porte  
 254 populacional, observa-se que todos os 44 municípios com menos de 31.000 habitantes  
 255 (até a primeira seta) passam a receber menos recursos, enquanto todos os 36 municípios  
 256 com mais de 50.000 habitantes (abaixo da segunda seta) passam a ganhar mais.

257 Em síntese, ainda que o valor do PAB-fixo tenha sofrido aumento com a Portaria  
 258 MS 1.409 (07/2013), a mudança na forma de alocação dos recursos da CER implica na  
 259 perda de recursos para 51 dos 92 municípios do estado, conforme explicitado na tabela a  
 260 seguir:

261

262

263 Tabela 3: Comparação entre PAB-fixo e CER em 2012 e PAB-fixo em 2013

	MUNICÍPIO	Pab fixo 2012	CER 2012	Pab fixo + CER 2012	Pab fixo 2013	Diferença	População
1	Macuco	121.877,04	97.436,52	219.313,56	138.501,96	<b>-80.811,60</b>	5269
2	São José de Ubá	176.225,04	145.884,24	322.109,28	198.603,96	<b>-123.505,32</b>	7003
3	Laje do Muriaé	186.375,00	165.581,76	351.956,76	207.872,04	<b>-144.084,72</b>	7487
4	Comendador Levy Gasparian	188.600,04	209.861,04	398.461,08	213.693,96	<b>-184.767,12</b>	8180
5	Rio das Flores	215.825,04	145.884,24	361.709,28	243.684,00	<b>-118.025,28</b>	8561
6	São Sebastião do Alto	223.325,04	126.012,72	349.337,76	251.160,00	<b>-98.177,76</b>	8895
7	Varre e Sai	240.000,00	145.884,24	385.884,24	272.160,00	<b>-113.724,24</b>	9475
8	Aperibé	259.550,04	123.744,48	383.294,52	295.260,00	<b>-88.034,52</b>	10213

<sup>1</sup> O Fator de Alocação reúne um índice de necessidade de saúde e um índice de necessidade financeira e é também a atual base de cálculo para a alocação dos recursos do cofinanciamento estadual da atenção básica no Rio de Janeiro.

9	Trajano de Morais	257.724,96	84.175,56	341.900,52	289.155,96	<b>-52.744,56</b>	10289
10	Santa Maria Madalena	257.750,04	70.587,24	328.337,28	288.344,04	<b>-39.993,24</b>	10321
11	Duas Barras	252.447,96	62.035,80	314.483,76	286.520,04	<b>-27.963,72</b>	10930
12	Areal	265.419,96	145.884,12	411.304,08	303.003,96	<b>-108.300,12</b>	11423
13	Cardoso Moreira	315.024,96	39.896,28	354.921,24	352.827,96	<b>-2.093,28</b>	12600
14	Quatis	297.896,04	128.454,48	426.350,52	340.730,04	<b>-85.620,48</b>	12793
15	Engenheiro Paulo de Frontin	306.452,04	145.884,24	452.336,28	348.608,04	<b>-103.728,24</b>	13237
16	Carapebus	287.637,00	119.576,16	407.213,16	322.551,96	<b>-84.661,20</b>	13359
17	Italva	354.350,04	91.425,96	445.776,00	399.867,96	<b>-45.908,04</b>	14063
18	Cambuci	341.319,96	199.403,16	540.723,12	386.126,04	<b>-154.597,08</b>	14827
19	Sumidouro	373.899,96	145.884,24	519.784,20	420.279,96	<b>-99.504,24</b>	14900
20	Natividade	346.817,04	197.413,80	544.230,84	391.976,04	<b>-152.254,80</b>	15082
21	Porto Real	338.760,00	158.331,36	497.091,36	397.256,04	<b>-99.835,32</b>	16592
22	Rio Claro	437.925,00	148.152,24	586.077,24	437.925,00	<b>-148.152,24</b>	17425
23	Carmo	404.777,04	62.035,80	466.812,84	461.708,04	<b>-5.104,80</b>	17434
24	Sapucaia	403.742,04	145.884,24	549.626,28	457.106,04	<b>-92.520,24</b>	17525
25	Porciúncula	411.677,04	176.088,24	587.765,28	504.951,96	<b>-82.813,32</b>	17760
26	Mendes	413.562,96	154.762,68	568.325,64	468.624,00	<b>-99.701,64</b>	17935
27	Cantagalo	456.090,00	145.884,24	601.974,24	515.580,00	<b>-86.394,24</b>	19830
28	Quissamã	414.939,96	130.033,92	544.973,88	488.382,00	<b>-56.591,88</b>	20242
29	São José do Vale do Rio Preto	469.154,04	110.483,40	579.637,44	534.039,96	<b>-45.597,48</b>	20251
30	Cordeiro	473.133,00	129.137,04	602.270,04	538.382,04	<b>-63.888,00</b>	20430
31	Conceição de Macabu	535.400,04	174.821,88	710.221,92	605.163,96	<b>-105.057,96</b>	21211
32	Silva Jardim	533.900,04	183.470,16	717.370,20	598.136,04	<b>-119.234,16</b>	21349
33	Pinheiral	528.264,00	193.927,80	722.191,80	649.824,00	<b>-72.367,80</b>	22719
34	Iguaba Grande	539.925,00	181.563,48	721.488,48	626.054,04	<b>-95.434,44</b>	22851
35	Itaocara	526.515,96	113.565,48	640.081,44	594.984,00	<b>-45.097,44</b>	22899
36	Miguel Pereira	568.077,00	127.640,64	695.717,64	643.604,04	<b>-52.113,60</b>	24642
37	Bom Jardim	587.397,00	175.274,16	762.671,16	669.188,04	<b>-93.483,12</b>	25333
38	Piraí	612.651,00	222.308,04	834.959,04	700.647,96	<b>-134.311,08</b>	26314
39	Paty do Alferes	661.725,00	153.948,48	815.673,48	744.099,96	<b>-71.573,52</b>	26359
40	Miracema	670.674,96	110.483,40	781.158,36	750.680,04	<b>-30.478,32</b>	26843
41	Armação de Búzios	767.754,00	245.901,60	1.013.655,60	767.754,00	<b>-245.901,60</b>	27560
42	Arraial do Cabo	644.229,96	206.653,80	850.883,76	735.669,96	<b>-115.213,80</b>	27715
43	Itatiaia	669.162,00	72.855,24	742.017,24	705.456,00	<b>-36.561,24</b>	28783
44	Tanguá	777.275,04	199.682,04	976.957,08	880.263,96	<b>-96.693,12</b>	30732
45	São João da Barra	695.856,00	81.733,56	777.589,56	804.288,00	<b>26.698,44</b>	32747



46	Vassouras	796.674,00	176.088,24	972.762,24	906.308,04	<b>-66.454,20</b>	34410
47	Casimiro de Abreu	836.280,00	199.403,16	1.035.683,16	896.160,00	<b>-139.523,16</b>	35347
48	Bom Jesus do Itabapoana	817.557,96	110.483,40	928.041,36	927.602,04	<b>-439,32</b>	35411
49	Mangaratiba	858.888,96	122.930,52	981.819,48	993.225,96	<b>11.406,48</b>	36456
50	Parati	877.380,96	261.751,92	1.139.132,88	1.007.240,04	<b>-131.892,84</b>	37533
51	São Fidélis	864.822,96	35.513,64	900.336,60	1.054.395,96	<b>154.059,36</b>	37543
52	Santo Antônio de Pádua	936.905,04	129.415,68	1.066.320,72	1.062.776,04	<b>-3.544,68</b>	40589
53	Paraíba do Sul	951.441,00	218.739,48	1.170.180,48	1.082.613,96	<b>-87.566,52</b>	41084
54	São Francisco de Itabapoana	1.034.274,96	73.586,28	1.107.861,24	1.158.807,96	<b>50.946,72</b>	41354
55	Paracambi	1.095.605,04	188.814,00	1.284.419,04	1.251.354,00	<b>-33.065,04</b>	47124
56	Guapimirim	1.208.006,04	181.028,16	1.389.034,20	1.391.702,04	<b>2.667,84</b>	51483
57	Cachoeiras de Macacu	1.258.398,96	162.374,52	1.420.773,48	1.433.613,96	<b>12.840,48</b>	54273
58	Rio Bonito	1.288.023,00	162.095,76	1.450.118,76	1.467.336,00	<b>17.217,24</b>	55551
59	Valença	1.662.164,04	73.586,28	1.735.750,32	1.889.654,04	<b>153.903,72</b>	71843
60	Saquarema	1.745.838,00	188.814,00	1.934.652,00	2.015.571,96	<b>80.919,96</b>	74234
61	Três Rios	1.790.573,04	217.925,40	2.008.498,44	2.034.656,04	<b>26.157,60</b>	77432
62	Seropédica	1.821.117,00	175.552,92	1.996.669,92	2.083.587,96	<b>86.918,04</b>	78186
63	São Pedro da Aldeia	2.063.997,00	213.625,68	2.277.622,68	2.380.092,00	<b>102.469,32</b>	87875
64	Barra do Piraí	2.190.980,04	125.115,96	2.316.096,00	2.488.875,96	<b>172.779,96</b>	94778
65	Japeri	2.217.890,04	129.694,44	2.347.584,48	2.530.761,96	<b>183.177,48</b>	95492
66	Itaperuna	2.220.465,96	147.255,48	2.367.721,44	2.527.694,04	<b>159.972,60</b>	95841
67	Rio das Ostras	2.219.840,04	167.035,92	2.386.875,96	2.671.082,04	<b>284.206,08</b>	105676
68	Itaguaí	2.334.591,00	171.335,88	2.505.926,88	2.716.368,00	<b>210.441,12</b>	109091
69	Araruama	2.399.250,00	156.216,60	2.555.466,60	2.794.032,00	<b>238.565,40</b>	112008
70	Resende	2.539.698,00	132.984,60	2.672.682,60	2.807.564,04	<b>134.881,44</b>	119769
71	Maricá	2.758.455,00	138.376,92	2.896.831,92	3.242.904,00	<b>346.072,08</b>	127461
72	Queimados	2.922.948,00	176.645,40	3.099.593,40	3.368.976,00	<b>269.382,60</b>	137962
73	Nilópolis	3.154.200,00	228.258,00	3.382.458,00	3.633.678,00	<b>251.220,00</b>	157425
74	Teresópolis	3.480.036,00	134.891,04	3.614.927,04	4.022.928,00	<b>408.000,96</b>	163746
75	Mesquita	3.548.286,00	189.092,76	3.737.378,76	4.068.888,00	<b>331.509,24</b>	168376
76	Angra dos Reis	3.640.770,00	175.635,60	3.816.405,60	4.250.424,00	<b>434.018,40</b>	169511
77	Barra Mansa	3.745.455,00	156.216,72	3.901.671,72	4.293.120,00	<b>391.448,28</b>	177813
78	Nova Friburgo	3.837.708,00	155.402,76	3.993.110,76	4.401.384,00	<b>408.273,24</b>	182082
79	Cabo Frio	4.006.527,00	193.475,52	4.200.002,52	4.684.728,00	<b>484.725,48</b>	186227
80	Macaé	4.248.660,00	230.734,20	4.479.394,20	5.012.873,04	<b>533.478,84</b>	206728
81	Itaboraí	4.627.392,00	276.836,88	4.904.228,88	5.342.832,00	<b>438.603,12</b>	218008
82	Magé	4.808.412,00	251.894,04	5.060.306,04	5.533.632,00	<b>473.325,96</b>	227322



83	Volta Redonda	5.180.240,04	201.261,24	5.381.501,28	5.984.139,96	<b>602.638,68</b>	257803
84	Petrópolis	6.227.865,00	95.725,80	6.323.590,80	7.132.608,00	<b>809.017,20</b>	295917
85	São João de Meriti	9.187.580,04	194.485,20	9.382.065,24	10.581.426,00	<b>1.199.360,76</b>	458673
86	Campos dos Goytacazes	9.829.827,00	188.000,04	10.017.827,04	11.335.200,00	<b>1.317.372,96</b>	463731
87	Belford Roxo	9.912.168,00	240.622,32	10.152.790,32	11.390.304,00	<b>1.237.513,68</b>	469332
88	Niterói	9.794.400,00	189.989,52	9.984.389,52	11.311.560,96	<b>1.327.171,44</b>	487562
89	Nova Iguaçu	15.980.940,00	176.645,40	16.157.585,40	18.440.157,96	<b>2.282.572,56</b>	796257
90	Duque de Caxias	17.223.159,96	245.005,08	17.468.165,04	19.942.541,04	<b>2.474.376,00</b>	855048
91	São Gonçalo	20.161.299,96	195.299,28	20.356.599,24	23.370.944,04	<b>3.014.344,80</b>	999728
92	Rio de Janeiro	127.118.979,96	150.010,20	127.268.990,16	146.976.669,96	<b>19.707.679,80</b>	6320446
	<b>TOTAL</b>	<b>332.237.057,28</b>	<b>14.501.405,04</b>	<b>346.738.462,32</b>	<b>383.125.692,00</b>	<b>36.387.229,68</b>	<b>15989929</b>

264

265 **Fonte:**

266 PORTARIA Nº 3.067, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008

267 PORTARIA Nº 2.007, DE 1º DE SETEMBRO DE 2009

268 PORTARIA Nº 3.170, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

269 PORTARIA Nº 1.602, DE 9 DE JULHO DE 2011

270 PORTARIA Nº 953, DE 15 DE MAIO DE 2012

271 PORTARIA Nº. 1.408, DE 10 DE JULHO DE 2013

272 PORTARIA Nº 1.409, DE 10 DE JULHO DE 2013

273 DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 402, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2007

274

275

276

277

278

279